



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de fevereiro de 2023 foram visados expressamente 100 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando mais de 267 milhões de euros.

No mesmo período houve duas recusas de visto, num valor 13 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS FEVEREIRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	56	40.00	134 676 874.39	47.83
Visto com Recomendações	40	28.57	130 638 497.41	46.40
Declaração de Conformidade Homologada	4	2.86	1 891 804.06	0.67
Recusa de Visto	2	1.43	13 056 025.35	4.64
Outras extinções da instância (*)	38	27.14	1 305 050.16	0.46
TOTAL DE DECISÕES	140	100	281 568 251.37	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2023

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	120	35.29	345 461 115.16	54.19
Visto com Recomendações	88	25.88	258 441 329.24	40.54
Declaração de Conformidade Homologada	17	5.00	16 376 041.72	2.57
Recusa de Visto	4	1.18	15 433 728.5	2.42
Outras extinções da instância (*)	111	32.65	1 773 881.62	0.28
TOTAL DE DECISÕES	340	100	637 486 096.24	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão